



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Direito

**Plano de Ensino de Disciplina**

VERSÃO CURRICULAR: 2013/1

NOME DA DISCIPLINA: TÓPICOS EM DIREITO TRIBUTÁRIO: PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL  
TOPICS IN TAX LAW: ADMINISTRATIVE AND JUDICIAL PROCEDURE

CÓDIGO: DIP 065	DEPARTAMENTO: DIP
TIPO: OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>	
HORÁRIO: SEXTA-FEIRA, 11H10 ÀS 12H50	

C.H.TOTAL: 30 HORAS/AULA	CRÉDITOS: 02	PERÍODO: N/A
--------------------------	--------------	--------------

PRÉ-REQUISITOS/ CONHECIMENTOS PRÉVIOS: DIREITO TRIBUTÁRIO I (DIP 044)

NÚMERO DE VAGAS: 30

EMENTA – Teoria geral do direito processual tributário. Princípios fundamentais do direito processual tributário. Lançamento e fiscalização. Processo Administrativo Fiscal. Ações judiciais em matéria tributária. Execução fiscal.

General Theory of Tax Procedure. Fundamental principles of tax procedure. Tax assessment and fiscalization. Administrative fiscal procedure. Judicial lawsuits in tax law. Fiscal enforcement proceedings.

**UNIDADES DE ENSINO**

**Unidades**

**Unidade 1. Teoria geral do direito processual tributário.**

- 1.1. Evolução do modelo de solução de lides tributárias.
- 1.2. Peculiaridades do processo tributário em relação a outros gêneros processuais.
- 1.3. Modelos de solução de lide tributária no direito comparado.
- 1.4. Conceito de lide tributária

**Unidade 2. Princípios fundamentais do direito processual tributário.**

- 2.1. Princípio da autotutela.
- 2.2. Princípio da dualidade de cognição.
- 2.3. Princípio da harmonização processual.
- 2.4. Princípio da tutela judicial efetiva.
- 2.5. Princípio da justiça tributária.

**Unidade 3. Princípios do processo administrativo tributário.**

- 3.1. Princípio do devido processo legal.
- 3.2. Princípio do contraditório.
- 3.3. Princípio da ampla defesa.
- 3.4. Princípio da competência decisória.
- 3.5. Princípio da competência decisória.
- 3.6. Princípio da ampla instrução probatória.
- 3.7. Princípio do duplo grau de cognição.
- 3.8. Princípio do julgador competente.
- 3.9. Princípio da razoável duração do processo administrativo.
- 3.10. Princípio da legalidade.

- 3.11. Princípio da verdade material.
- 3.12. Princípio do dever de investigação.
- 3.13. Princípio do dever de colaboração.

**Unidade 4. Lançamento e fiscalização.**

- 4.1. Conceito de lançamento, processo e procedimento.
- 4.2. Lançamento e judiciário.
- 4.3. Lançamento e fiscalização.
- 4.4. Lançamento e sanções políticas.
- 4.5. Lançamento e sigilo bancário e fiscal.

**Unidade 5. Processo Administrativo Fiscal.**

- 5.1. Direitos e deveres dos administrados no PAF.
- 5.2. Fases do processo administrativo fiscal.
  - 5.2.1. Fase de instauração.
  - 5.2.2. Fase de preparo e instrução.
  - 5.2.3. Fase de julgamento. Delegacias de julgamento.
  - 5.2.4. Fase recursal. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
  - 5.2.5. Súmulas e coisa julgada administrativa.
  - 5.2.6. Procedimentos de restituição, ressarcimento, compensação e parcelamento.
  - 5.2.7. Procedimento de consulta. Unidade

**6. Ações judiciais ordinárias em matéria tributária.**

- 6.1. Ação declaratória em matéria tributária.
- 6.2. Ação anulatória em matéria tributária.
- 6.3. Ação condenatória de repetição de indébito tributário.
- 6.4. Ação de consignação em pagamento de crédito tributário.
- 6.5. Juizados Especiais e o processo tributário.
- 6.6. Aspectos do CPC-15 relativos ao processo tributário.
- 6.7. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.

**Unidade 7. Medidas liminares no processo tributário.**

- 7.1. Mandado de segurança em matéria tributária.
- 7.2. Liminar em mandado de segurança em matéria tributária.
- 7.3. Mandado de segurança coletivo em matéria tributária: peculiaridades.
- 7.4. Tutelas provisórias em matéria tributária.
- 7.5. Medida cautelar fiscal.
- 7.6. Antecipação da tutela em matéria tributária.

**Unidade 8. Ação rescisória em matéria tributária.**

- 8.1. Eficácia objetiva da coisa julgada em matéria tributária.
- 8.2. Ação rescisória (conceito, panorama dos precedentes dos Tribunais Superiores).
- 8.3. Coisa julgada materialmente inconstitucional (querela nulitatis insanabilis).
- 8.4. Coisa julgada materialmente inconstitucional e ação revisional.

**Unidade 9. Ações diretas de inconstitucionalidade em matéria tributária.**

- 9.1. Aspectos processuais.
- 9.2. Medida cautelar nas ações diretas.
- 9.3. Aspectos da decisão definitiva (modulação de efeitos).

**Unidade 10. Execução fiscal.**

- 10.1. CPC-15 e a Lei de Execução Fiscal.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Direito

**10.2. Aspectos basilares do regime de execução fiscal.**

**10.3. Procedimento.**

**10.4. Garantias e defesa do executado.**

**Bibliografia básica:**

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo Tributário. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro – Administrativo e Judicial, 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

PAULSEN, Leandro; ÁVILA, René Bergmann; SLIWKA, Ingrid Schroder. Direito Processual Tributário – Processo Administrativo Fiscal e Execução Fiscal à Luz da Jurisprudência, 7ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

**Bibliografia complementar**